

A questão da mobilidade durante o conflito em Angola

Laura Visentin

Resumo

A parte setentrional da Angola foi sempre caracterizada por uma grande mobilidade de civis, de ida e de volta até aquela que hoje é a República Democrática do Congo. Quando a Guerra Colonial eclodiu em Angola as deslocamentos através da fronteira se tornaram mais perigosas. Devido a guerra a percepção de território mudou e relativizou-se, fazendo com que o território começa-se a ser percebido como parte da guerrilha sem frente, onde o inimigo poderia se colocar por toda parte.

A mobilidade entrou também no discurso da propaganda nacionalista onde os líderes são descritos como “guias na difícil rua para liberdade”. Se torna um conceito, uma ideia, que fazia parte do dia-a-dia da população e dos gerentes dos partidos.

As estratégias utilizadas por estes partidos políticos também foram influenciadas por este fenómeno enquanto os possíveis sustentadores dos movimentos podiam encontrar-se dos dois lados da fronteira.

Palavras chave

Angola, mobilidade, conflito

O conflito, na realidade, foi um evento que mudou radicalmente muitos aspectos da vida quotidiana de toda população angolana. Se iniciam processos para criação de novas identidades que criam diferentes definições sobre a visão do que se considera “a favor” e do que se considera “contra”.

Sabe-se que o conflito não provoca só a mudança da visão de inimigo. Também a visão das pessoas em relação aos lugares e da realidade material em que cada grupo encontrava-se durante a guerrilha.

Formam-se partidos que possuem em comum o objectivo de uma Angola liberada do colonizador, porém cada partido possui um projecto diferente a respeito da organização do estado depois da independência.

A determinada altura do conflito, quando se reconheceu que o poder também se encontra no número de seguidores e na quantidade de território conquistado, dá-se início a uma guerra pela conquista das populações, limitando algumas acções dos civis.

Substancialmente, os elementos que antes do conflito eram parte da vida quotidiana dos civis não são mais vistos como instrumentos de paz e tornam-se também parte da guerra (Barnett and Harvey, 1972). Neste caso falava-se de guerrilha, onde não existe uma frente e o inimigo pode encontrar-se por todos os lados. Esta situação criou um sentimento de extrema vulnerabilidade e insegurança especialmente nos civis. Sentimento que propulsionou a saída dos mesmos da Angola para se estabelecer nos campos de refugiados naquela que hoje é a República Democrática do Congo ou também na Namíbia (Brinkman, 2006).

O dualismo mais forte durante o conflito angolano foi com certeza aquele entre cidade e campo que vai assumir diferentes significados e interpretações. Fala-se por exemplo da contraposição entre cidade e campo no sentido de modernidade contra tradição. Essa interpretação vai ser usada pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) em comparação com os outros partidos (Barnett and Harvey, 1972). O MPLA era o partido da cidade que representava o progresso e que tinha a disposição todos os meios tecnológicos que poderiam se encontrar nos grandes centros urbanos, como carros, rádios, medicamentos e uma boa disponibilidade de reservas alimentares.

Na visão do MPLA os outros dois partidos eram vistos como representantes de particulares segmentos da população e assim considerados como “Grupos do mal”. Esta forte ligação com a etnia era vista como ante-moderna enquanto representa uma vontade de voltar aos sistemas hierárquicos tradicionais que iriam submeter novamente a grande parte da população. Ao contrário o MPLA baseava-se nas teorias socialistas e também queria a criação de uma Angola para todos os angolanos, sem diferenças ou rivalidades entre as etnias. Por essa razão o FNLA foi individualizado como um partido do Zaire que tinha pouco a ver com a libertação da Angola. Todas essas acusações recíprocas faziam parte da estratégia da propaganda dos quadros dos partidos.

Em contraposição com as reivindicações dos partidos, os civis, especialmente ao início do conflito, tinham uma visão muito distante e distorcida destes conceitos. Eles ouviam falar de uma revolta iniciada ao grito de “FORÇA MPLA” ou “FORÇA UPA” (União das Populações da Angola) e participavam nestas revoltas com o objectivo de se rebelar á opressão sofrida durante muitos anos. Também se interessavam pouco a qual era o partido que iniciou ou organizou as revoltas. Isto acontecia por que a difusão de informações sobre os partidos era limitada e também porque os guerrilheiros que se dedicavam a militância preferiam passar despercebidos, para não serem identificados como rebeldes e assim poder continuar a missão deles. Era frequente encontrar cartas nas quais o remetente direccionava-se ao “Doutor Neto”, ao mesmo tempo pedindo para entrar no partido da UPA (Brinkman, 2003).

A mobilidade dos civis entre a Angola e o Congo Belga antes do conflito fazia parte da quotidianidade. Por exemplo muitos angolanos procuravam trabalho do outro lado da fronteira, atraídos pelos salários mais altos e para conseguir condições de trabalho mais dignas. Consequentemente enviavam o dinheiro as famílias que ficavam na Angola. Havia também famílias que visitavam os parentes que viviam no Congo Belga e crianças que iam estudar nas escolas dos missionários baptistas (Pélessier, 1975).

Quando o conflito eclodiu em 1961 estas transferências tornaram-se mais perigosas porque a contra-ofensiva do Regime Colonial era imediata e os civis encontraram-se entre duas possibilidades: ou entravam numa “vila protegida” ou fugiam com os guerrilheiros.

Aqueles que decidiram de fugir para o Congo se encontraram numa situação de isolamento porque, apesar de pertencer ao mesmo grupo étnico Bacongo, os angolanos tiveram de integrar-se em um grupo do Congo Belga que se desenvolveu numa maneira diferente respeito aos Bacongo de Angola. No sul do Congo Belga a língua oficial era o francês, então também a língua da instrução escolar, além disso, a língua franca falada pela liderança do FNLA era o Lingala. A língua Quicongo, falada pelos angolanos, era considerada uma língua rural (Brinkman, 2003).

Os civis que decidiram ficar em Angola viveram as mudanças dos seus costumes de vida. Os lugares que até pouco tempo antes eram considerados como confortáveis e familiares se tornaram parte da guerra. Aldeias e vilas se tornaram perigosas pois podiam ser identificadas como “dos portugueses” ou “dos rebeldes”, assim poderiam ser respectivamente atacadas. As florestas que eram os lugares de caça para conseguir comida para família, se tornaram lugares seguros onde morar e se esconder, mas ao mesmo tempo quase uma armadilha. As estradas nas quais aconteciam as trocas comerciais ou que eram utilizadas normalmente para a travessia da fronteira tornaram-se lugares perigosos, pois eram controladas dia e noite pelas tropas portuguesas.

Todos os pontos de referência que os civis tinham antes do conflito tornaram-se instáveis e perigosos também para vida deles. Os civis deviam respeitar as exigências dos rebeldes ou das tropas portuguesas dependendo do grupo que eles escolhiam.

Num contexto de guerra especialmente em um país vasto como a Angola, as estradas e os transportes assumiram uma tarefa muito importante e estratégica, com o objectivo de continuar as acções de guerrilha ou de contra-subversão (Brinkman, 2006). Por esse motivo a primeira providência que foi realizada para todos os participantes do conflito foi de construir novas estradas de comunicação.

As tropas portuguesas construíram novas estradas para expandir a sua presença e novas estruturas de controlo nas estradas já existentes para constringir os rebeldes a ficarem confinados no interno das florestas, tendo em mente e acreditando que antes ou depois saíam da mata, pois precisariam de comida, medicamentos ou de munições.

“A revolução começa onde as estradas terminam”.

Esta era uma frase muitas vezes utilizada pelos oficiais portugueses.

Ao contrário, os rebeldes começaram a construir trilhas paralelas as estradas portuguesas para conseguir se deslocar internamente á floresta e assim procurar o que eles precisavam. Os guerrilheiros e os civis que os acompanhavam, sabotavam as estradas portuguesas para limitar os transportes de armas e suprimentos para contra-subeversão (Marcum, 1969).

Coloca-se em jogo novamente o dualismo entre cidade e campo, mas nesse caso no sentido de civilizado contra não civilizado.

Os portugueses achavam a floresta perigosa e inacessível e pelo menos nos primeiros anos do conflito não entravam nela pelo receio de ser atacados pelos rebeldes, também assustavam-se com os perigos naturais dela e com a possibilidade de se perder. Se para os portugueses a floresta era quase um lugar inacessível e perigoso, para os nativos era um lugar familiar e seguro. Esta percepção era reforçada também pelo facto de que os nativos conheciam os medos dos portugueses.

A determinada altura, no decorrer do conflito, tornou-se comum para ambas as facções a utilização de mão-de-obra, pois para construir novas estradas ou novas trilhas eram empregados no trabalho os civis que acompanhavam os portugueses ou os rebeldes.

No caso dos portugueses eram utilizados os trabalhadores empregados pelo Estado Colonial, no segundo caso, o dos rebeldes, eram utilizados métodos parecidos ao trabalho forçado, considerando que se os civis queriam beneficiar da protecção dos guerrilheiros eram obrigados a trabalhar para eles. Frequentes eram os casos, onde se encontravam também mulheres e crianças no trabalho. Neste sentido a guerra de libertação angolana se tornou uma guerra pela conquista de mão-de-obra e não de territórios.

As tropas portuguesas queriam controlar o número mais alto possível de nativos nas vilas protegidas para evitar que eles se unissem aos movimentos de

libertação, pois os guerrilheiros do outro lado também precisavam do sustentamento popular do movimento.

Este discurso não se refere só a contraposição portugueses-rebeldes, mas também cada movimento de libertação tentava aumentar o número de seus seguidores, não desdenhando a utilização da força. O apoio que procuravam não era só genérico, pois todos os grupos também recorriam à sabedoria dos nativos sobre muitos aspectos. Por exemplo as tropas portuguesas que queriam entrar na floresta para encontrar as bases dos rebeldes precisavam de guias e elas, muitas vezes, eram caçadores ou moradores daquela zona que conheciam muito bem o território e os seus perigos. Tais guias eram prisioneiros que se não colaborassem pagavam com a morte (Brinkman, 2006).

Deste ponto de vista a gerência dos partidos tinha uma visão da floresta muito parecida à dos portugueses e eles também tinham que procurar estas guias com o objectivo de encontrar os melhores lugares para montar acampamentos ou para pensar as melhores estratégias de ataque (Barnett and Harvey, 1972).

Além de tudo isto, uma boa parte dos nativos falava português e as línguas locais e muitas vezes assumiam papéis de tradutores entre os portugueses e os civis que os acompanhavam ou entre as lideranças dos movimentos de libertação e a base dos mesmos movimentos. Por este facto podiam ser empregados como espíões, pois falavam as línguas locais e conseguiam obter informações importantes nos grupos inimigos sem criar suspeita. Em particular, os Bacongo eram o grupo que mais se prestava para este papel, enquanto, por causa da localização territorial deles, falavam varia línguas, nomeadamente português, francês, quicongo e lingala. Não era raro que quem assumia o papel de guia ou de tradutor, também se era um simples civil, podia obter os cargos mais importantes nos diferentes grupos, graças a sua sabedoria e experiência.

Durante a Guerra Colonial em Angola, a mobilidade dos civis foi um fenómeno muito relevante. Não se encontram números precisos sobre as pessoas transferidas durante o conflito do interno da Angola. Também não é possível estimar o número de pessoas que habitavam o norte da Angola e que fugiram para o Congo, porque existiam estradas oficiais e trilhas secretas. Assim estima-se que no ano de 1961 havia pelo menos 100.000 refugiados angolanos no Congo Belga e que no ano de 1972 este número cresceu até superar o meio milhão de pessoas (Wheeler and Pélissier, 1978).

Os deslocamentos durante o conflito se tornaram sempre mais difíceis. Além do controle das tropas portuguesas nas estradas principais, também os guerrilheiros começaram a desenvolver um sistema de registo. Por exemplo, os civis que ficavam nas bases da UPA tinham um passe, quase um bilhete de identidade, que os fornecia a possibilidade de aceder aos serviços sociais que se encontravam nas bases (Brinkman, 2006). Se um civil era encontrado fora da vila sem este documento, no melhor dos casos era extraditado, caso contrário era morto pela suspeita de ser um espião. Nem pelas pessoas que possuíam os documentos as mudanças eram fáceis, pois necessitavam ainda de

uma eventual permissão para sair da vila e para consegui-la era preciso possuir válidas motivações para realizar o pedido ao chefe daquela base. Entre os civis refugiados no Congo Belga começou a nascer um sentimento de nostalgia, enquanto pensavam que o conflito iria durar pouco e depois poderiam voltar as casas de origem em Angola, facto que se tornou quase impossível. Ou melhor, apenas era possível enfrentando todos os perigos evidenciados anteriormente. Assim, uma grande parte dos refugiados na actual República Democrática do Congo ficara ali, pelo menos até o ano de 1975.

O grupo étnico bacongo, pelo facto de estar dividido entre três Estados, nomeadamente Angola, República Democrática do Congo e República do Congo, levantou varias questões interessantes a partir do nascimento dos primeiros grupos nacionalistas.

Os Bacongo são uma etnia que deriva do antigo Reino do Congo fundado em 1390 por Nimi a Lukeni que conquistou a região em volta de M'Banza Congo e instalou ali a capital. O Reino do Congo foi a primeira zona da actual Angola contactada pelos portugueses através de Diogo Cão em 1482. Uma grande causa de descontento na população deste Reino foi o comércio de escravos, que levou vários reis do Congo a fazer queixas para os reinantes portugueses mas sem obter resposta. Este mal contento resultou na batalha de Mbwila em 1665, quando o exército português interveio e conseguiu derrotar as tropas do Mani Congo. No final deste século os portugueses já tinham conseguido dominar todo o território do reino do Congo (Marcum, 1969). Também se o Reino do Congo estava completamente submetido ao controle de Portugal, os Bacongo nunca deixaram de esperar numa volta á monarquia e a autoridade tradicional africana (Chika Okeke, 1997).

A partir dos anos '40 começaram a surgir vários grupos de sustento à cultura bacongo, principalmente na zona sul de aquele que era o Congo Belga. Estes grupos, em 1958, quando a Administração do Congo belga permitiu a criação de partidos políticos, tornaram-se organizações políticas. De grande importância é reparar que as reivindicações destes grupos nunca deixaram do lado a protecção dos interesses do mesmo, mas ao mesmo tempo foram mudando consoante as circunstâncias do momento. A dificuldade dos grupos políticos bacongo foi de conseguir encaixar a defesa dos interesses da etnia dentro das dinâmicas dos movimentos independentistas que estavam nascendo em África naqueles anos.

Uma outra questão interessante é a ambiguidade das relações entre estes grupos. Encontravam-se frequentemente em conflito para tentar reivindicar a legitimidade para representar todos os pertencentes ao grupo étnico bacongo, sejam em Angola ou nos dois Congo, mas simultaneamente precisavam do apoio recíproco para conseguir levar para frente os projectos políticos de cada um. Um dos exemplos é a relação entre a Abako (Association pour le maintien, l'unité et l'expansion de la langue Kikongo) do Congo Belga e a UPA de Angola, os quais contendiam o apoio de vários estudantes de Leopoldville, filhos de emigrados angolanos. Foi estimado que, em 1960, os Bacongo de Angola eram cerca de 500.000 os quais sempre se mobilizaram através da fronteira com o

Congo Belga atraídos pelas maiores oportunidades de trabalho e estudo. Como resultado deste fenómeno, a grande parte dos Bacongo que se encontravam na zona do Congo Belga incluída entre Kinshasa e o oceano atlântico eram filhos ou netos de emigrados provenientes do Distrito do Congo em Angola. Por isto as estimações explicam que eram cerca de 500.000 os Bacongo filhos de emigrados angolanos disputados entre a Abako e a UPA (Marcum, 1969).

O autor Pélissier (1978) sustenta que mais do que o 20% dos Bacongo angolanos viviam em exílio no Congo Belga. Nomeadamente havia 621.787 indígenas bacongo em Angola e entre os 130.000 e 150.000 no Congo Belga. Dentro do distrito de Angola as tribos principais são os Baxicongos, os Bassosso, os Bazombo e os Bassorongo. Os Bacongo que foram para o Congo, mudaram principalmente por causa do trabalho melhor remunerado, mas eram considerados como angolanos pela Administração Congoleza enquanto a capital do antigo Reino do Congo era M'Banza Congo situada dentro das fronteiras de Angola (Pélissier, 1978).

O primeiro foi o grupo de Matadi. Este grupo era liderado por Eduardo Pinock, um protestante poliglota (quicongo, português, francês e inglês), primo de Holden Roberto (futuro líder do FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) que reivindicava a independência do Regime Colonial Português, mas também reformas sociais e económicas para melhorar as condições de vida das populações bacongo daquela zona.

Em Leopoldville Manuel Barros Necaca, já estava, a partir de 1942, tentando chamar a atenção dos Bacongo da comunidade angolana presentes ali junto com o seu sobrinho, Holden Roberto. Em 1957 Necaca mandou Roberto em Matadi para encontrar Pinock e formar uma frente comum. Conseguiram organizar um encontro com várias centenas de pessoas para discutir de assuntos etno-culturais, de onde saiu uma outra carta direccionada a ONU pedindo para libertar as populações do Congo Português do regime colonial e submetê-los à tutela da mesma organização. Logo depois, em Julho, os dois grupos encontraram-se em Leopoldville onde fundaram a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) nomeando Barros Necaca (Leopoldville) presidente e Borralho Lulendo (Matadi) secretário.

O contacto com o estrangeiro fez logo entender aos militantes da UPNA que a reivindicação da restauração do Reino do Congo era uma proposta que nenhum organismo internacional teria apoiado, por isto durante a All-African People's Conference a UPNA tornou-se UPA (União das Populações de Angola) reivindicando a libertação de toda Angola, sem diferenças étnicas. Na Primeira Conferencia dos Povos Africanos em 1958 em Acra, Roberto foi distribuindo panfletos em nome da UPA, um “partido aberto a todos os africanos originários de Angola sem distinção de sexo, idade, origem étnica para instalar um regime democrático para os camponeses e os trabalhadores”(Marcum, 1969; Pélissier, 1978). A UPA, que sucessivamente se tornara FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), foi o partido mais importante dentro dos movimentos etno-nacionalistas bacongo.

Em 1959 as demonstrações populares explodiram em Leopoldville e os Bacongo do Congo Belga eram representados nesta altura pelo partido da Abako (Association pour le maintien, l'unité et l'expansion de la langue Kikongo), liderado por Joseph Kasavubu. A Administração belga acreditou que os promotores desta revolta fossem os Bacongo desempregados que viviam em Leopoldville, por isto várias centenas entre eles foram presos ou extraditados para Angola. O autor Pélissier (1978) acrescenta o dado estimativo destes exilados, que teriam sido cerca de 2.000.

Chegados ali, os Bacongo levaram consigo uma maior consciência étnica, incrementando o sentimento de mal contento da população que já naquelas zonas começava a protestar por causa do trabalho forçado nas plantações de café.

Preocupada com a influência que os movimentos populares no Congo Belga podiam ter sobre Angola, a Administração Portuguesa pediu à Administração belga a extradição dos pertencentes as células de Matadi e Leopoldville. Os pertencentes a estas células, uma vez chegados em Angola começaram a ficar preocupados também com a grande influencia que Joseph Kasavubu estava tendo sobre os Bacongo. Isto porque ele reivindicava a causa da reconstrução do antigo reino do Congo, causa que eles tinham recentemente abandonado, e estava atraindo sempre mais as atenções dos Bacongo angolanos que moravam em Leopoldville.

Estes grupos eram pequenos e frequentemente em conflito entre eles para tentar ganhar o direito de representação de todos os Bacongo. Por exemplo a Abako sustentava que a UPA, desde quando mudou o seu nome (lembramos que no principio se chamava UPNA) traiu as suas raízes étnicas para se dedicar a uma causa angolana que não pertencia aos Bacongo. Esta situação colocou a UPA em dificuldade enquanto este partido dependia do apoio, financeiro e logístico, do Congo Belga.

Um outro grupo operava no baixo Congo Belga, a Assomizo, fundado em 1956 representava um subgrupo da etnia bacongo, que foi muito influenciado para a presença dos missionários baptistas, um dos quais tornou-se o líder do partido, Simão Toco. Nascido em Angola, frequentou a escola da missão baptista em Quibocolo. Nos anos '40, durante uma viagem feita em Leopoldville para arranjar o seu casamento, acabou se envolvendo nas actividades políticas que estavam se desenvolvendo naquela cidade. De ali começou a criar uma rede de apoio social para os Bazombo, conseguindo, em 1944, reunir todos eles numa associação cultural chamada Nkutu a Nsimbani com o objectivo de construir hospitais e escolas em Angola. Foi em 1949 que lançou o seu próprio movimento religioso, mas logo depois ele e os seus seguidores foram presos e mandados perto de Luanda.

Depois da extradição de Simão Toco em 1950, os seus seguidores continuaram frequentando as escolas baptistas em Leopoldville onde os angolanos eram aceites e esta proximidade entre eles foi o factor que os estimulou, em 1956, a fundar a Assomizo (Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo). Em 1960, o grupo tornou-se um partido político com o nome de Aliazo (Alliance des Ressortissants de Zombo) com o objectivo de um governo au-

tónomo dentro de uma Angola independente. Além disto não mudou muito a orientação, enquanto era um partido não violento que reflectia o back-ground Católico dos seu líderes e encontrava apoio na classe média, ou seja professores, médicos e homens de negócio (Pélissier, 1978).

Um outro partido que nasceu nesta altura foi o Ngwizako, formado dos pertencentes ao clan Kivuzi, dos monárquicos e dos membros da UPNA que não concordaram com a mudança de nome e de objectivos. Obviamente o desejo deste grupo era a restauração do Reino do Congo, atribuindo o título de Rei a um pertencente do clan Kivuzi. Este grupo começou as negociações com o regime Português, na convicção que se as demandas eram limitadas a uma determinada área, neste caso a área do antigo Reino, a Administração Colonial iria aceitar o pedido com mais facilidade.

René Pélissier (1978) explica que a figura do Rei era muito importante, tanto no século XVI quanto no século XX enquanto o Rei era o símbolo em que a comunidade se reconhecia. Provavelmente é este sentido de pertença que levou vários grupos nacionalistas baongo a reivindicar a restauração do antigo Reino do Congo, enquanto depois da morte do último Rei em 1955, faltou o ponto de referência para juntar a comunidade toda. Por isto tentaram encontrar esta capacidade de reagrupamento nos partidos políticos.

O ano do 1960, foi um ano de grande actividade na reorganização dos partidos já existente, porque nenhum queria perder posições respeito aos outros. Foi assim que nasceu a Nto-Bako Angola, uma célula angolana da Abako, que no entanto tinha recebido grande apoio financeiro da comunidade angolana no Congo. Depois da independência do mesmo Estado e a sucessiva evidência da impossibilidade de restaurar o antigo Reino, por medo de perder os seus apoiantes decidiu de criar uma célula angolana que na zona de Maquela do Zombo-Damba-Carmona irá contender os seus apoiantes com a UPA.

Além destes movimentos todos, havia ainda a questão do separatismo de Cabinda, mas por causa da sua natura particular e destacada do resto dos grupos nacionalistas, os partidos separatista de Cabinda não terão grande influência no desenvolvimento do conflito dentro de Angola. A escassa influência destes partidos é devida também as divisões existentes, enquanto num território tão pequeno como Cabinda eram presentes três diferentes partidos: O Movimento de Libertação da Enclave de Cabinda, a União social dos Maiombos e a Comunidade Cabindense (Marcum, 1969).

O presente trabalho representa uma pesquisa preliminar finalizada á elaboração de uma dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. O assunto em questão parece-nos muito interessante e pouco explorado. Esta temática foi debatida recorrendo ás perspectivas política e histórica. Em particular estudou-se a criação e o desenvolvimento dos partidos etno-nacionalistas baongo e o respectivo papel na Guerra Colonial que eclodiu em 1961 e terminou em 1975.

Na dissertação de Mestrado se procurará responder á uma das lacunas existentes sobre a questão dos Baongo e da mobilidade transfronteiriça, que é a análise das razões principais que levaram a população civil a mobilizar-se

durante a guerra. Isto porque se trata de um fenómeno que, com os anos, continuou a aumentar, também se a intensificação da guerra fez com que as migrações se tornassem muito mais perigosas. Na nossa investigação vamos ter que lidar com o problema de faltarem números precisos para quantificar a dimensão deste fenómeno. Como explicado acima, utilizar-se-ão estimativas dos autores que trataram o assunto. Esta lacuna não pode ser preenchida porque, em Angola, o último censo populacional foi efectuado nos anos '70, quando o país ainda estava sob controlo Português. Por isto, providenciar dados certos sobre o número de pessoas que migraram para o Congo durante a guerra não vai ser possível.

Por estas razões parece-nos importante enfrentar um trabalho sobre as memórias da população civil sobre as duas guerras que se desenvolveram em Angola.

Pretende-se realizar entrevistas com Bacongo residentes em Portugal, de forma a caracterizar o percurso de migração enfrentado. No caso específico, tentar-se-á individualizar os elementos que vivenciaram o percurso de mobilidade entre Angola e República Democrática do Congo, antes de chegar em Lisboa. Os entrevistados deverão ter uma idade mínima aproximativa de 50/60 anos, de modo que possam ter recordações lúcidas e conscientes da Guerra Colonial e da sucessiva guerra civil, que se desenvolveram respectivamente entre 1961 e 1975 e entre 1975 a 2002. Também, poderão ser consideradas fontes indirectas, como testemunhos de Bacongo presentes em Portugal, sobre histórias de vida de parentes durante o período das duas guerras.

A recolha de memórias será muito útil para, em complemento dos estudos existentes, exemplificar as dinâmicas dos deslocamentos: isto é, quais os objectivos que levavam as pessoas a enfrentar os riscos de uma viagem que podia por em jogo a vida das caravanas de mobilizados.

Pretende-se analisar também a vertente étnica deste fenómeno. Em particular, descobrir qual foi a relevância do sentimento de pertença étnica dentro das dinâmicas de deslocamento transfronteiriço, se o facto de ser parte de um grupo étnico único facilitou a adaptação dos migrantes no lugar de chegada.

Referências

BARNETT, D. and HARVEY, R. 1972. *The revolution in Angola. MPLA, Life Histories and Documents*, The Bobbs-Merril Company: Indianapolis, New York.

BRINKMAN, I. 2006. *Routes and the War for Independence in Northern Angola (1961-74)*, Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines. Vol. 40, n. 2, pp. 205-234.

BRINKMAN, I. 2003. *War and Identities in Angola. Two case studies*. Lusotopie. pp. 195-221.

CHIKA, OKEKE. 1997. KONGO. *The Heritage Library of African Peoples*. Rosen Pub. Group: New York.

FELGAS, E. H. A. 1959. *Esboço Monográfico do Congo Português*. Carmona: Uige

MALQUIAS, A. *Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation*, www.iss.co.za/pubs/books/Angola/6Malaquias.pdf, (17/5/2010), pp. 95-113

MARCUM, J. 1969. *The Angolan Revolution. The Anatomy of an Explosion*, The M.I.T. Press, Cambridge, Massachusetts and London, England, Vol. 1.

PELISSIER, R. 1978. *La colonie du Minotaure. Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. Pelissier: Orgeval.

VANSINA, J. 1966. *Kingdoms of the Savanna. A history of Central African states until European occupation*. The University of Wisconsin Press: Madison, Milwaukee, and London.

WOODSON, C. G. 1954. *Notes on the Bakongo. The Journal of Negro History*. Vol. 30, n. 4, pp.421-431.

WHEELER, D. AND PELISSIER, R. 1971. *Angola*, Praeger Publishers: London.